



## Ata n.º 06/2026

### Reunião de Câmara realizada em 16 de março de 2026

Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Domingos Manuel Mendes Lopes -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### 1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1. Faltas -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal; -----

1.3. Intervenção dos vereadores: -----

#### 2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1. -- Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal de 18/02/2026; -----

#### 2.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2.2. 1..Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.03.2026, relativo à autorização de abertura de procedimento para recrutamento de assistentes operacionais – área da educação. -----

#### 2.3.EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

2.3.1. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 180878689; -----

2.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 187556857; -----

2.3.3. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 252162331; -----

2.3.4. Voto de Reconhecimento a Guilherme Costa e Francisco Caetano; -----

2.3.5. Voto de Reconhecimento à equipa mista do Montanha Clube – Secção de Judo/ARCIL; -----

2.3.6. Bihética do Teatro Municipal da Lousã – Período de abril a junho de 2026; –

2.3.7. Proposta de atribuição de apoio financeiro ao Centro de Convívio de São Sebastião da Papanata, no montante de 1.500,00 €, para construção do Centro de Convívio; -----

2.3.8. Retificação do Protocolo da Universidade Sénior- “Entre Serras e Rios” ---

**2.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO** -----

2.4.1. Proposta de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Gestão de Combustíveis no Interior das Áreas Edificadas no Concelho da Lousã;

**3.APROVAÇÕES EM MINUTA** -----

**1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**1.1 – Faltas** -----

O Sr. Vereador Luís Santa não pode estar presente e justificou a falta. -----

**1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal.** -----

**O Senhor Presidente da Câmara** colocou à votação o voto de Pesar pelo falecimento de António Adelino da Silva Fernandes. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto o Voto de Pesar a António Adelino da Silva Fernandes (DOC 1) -----

Informou que teve início a intervenção nas Piscinas Naturais da Senhora da Piedade, onde a existência de uma quantidade muito significativa de material lenhoso, pedras e cascalho por remover, é uma situação que suscita preocupação, sobretudo pelo eventual impacto no arranque da época balnear em condições adequadas. Esclareceu que a maior parte deste material não resulta de incêndios, mas sim da força das águas nas ribeiras, que arrastaram lenha saudável, sendo a presença de madeira ardida residual. Informou que os trabalhos irão intensificar-se nas próximas semanas, estando já no terreno duas máquinas a operar na zona da piscina, em apoio ao trabalho manual, bem como um trator para a remoção de madeira. Garantiu que serão desenvolvidos todos os esforços para que as condições estejam asseguradas no início da época balnear. No âmbito da prevenção, referiu ainda que o município já se encontra a preparar o dispositivo de combate a incêndios para a próxima época,

dando prioridade à limpeza da serra, reconhecendo tratar-se de uma tarefa exigente. Deu também conhecimento de que, na sexta-feira anterior, esteve na Lousã o Secretário de Estado Secretário de Estado da Proteção Civil Rui Rocha, ocasião em que foi reforçada a importância estratégica do concelho, nomeadamente ao nível do aeródromo e do centro de meios terrestres, bem como a necessidade de reforço dos dispositivos. Indicou que foi discutida a possibilidade de criação de uma base de apoio logístico, permitindo a permanência de cerca de 70 a 100 operacionais afetos ao combate a incêndios. Foi igualmente abordado o reforço dos meios aéreos, incluindo a eventual disponibilização de mais helicópteros, tendo o município manifestado total disponibilidade para colaborar. Acrescentou que ficou ainda em análise a possibilidade de instalação permanente de um helicóptero do INEM na Lousã, em regime de funcionamento 24 horas por dia. Por fim, abordou a questão dos transportes de alunos, esclarecendo que não se trata de transportes escolares tradicionais, mas sim de transportes públicos coordenados, que asseguram o transporte dos alunos. Relativamente à ausência de monitor acompanhante, referiu tratar-se de uma situação já herdada do anterior executivo, cuja implementação vinha sendo preparada desde maio do ano anterior. Informou que esta nova dinâmica foi aprovada por unanimidade em reunião do CMEL, não tendo, à data, sido levantadas objeções. Contudo, numa reunião posterior de balanço, que contou com a presença de encarregados de educação, foram manifestadas algumas preocupações. Nesse sentido, afirmou que o executivo assumiu o compromisso de acompanhar de perto a evolução da situação, garantindo que, caso se verifique a pertinência dos receios apresentados, não haverá qualquer constrangimento em reverter a decisão e retomar o modelo anterior, salvaguardando sempre o bem-estar e a confiança dos alunos e respetivas famílias. -----

### **1.3. Intervenção dos vereadores** -----

O Sr. Vereador António Marçal iniciou a sua intervenção manifestando preocupação relativamente aos transportes de alunos, em particular no período correspondente ao final das atividades letivas e à transição para os espaços de ATL. Abordou a realização de uma sessão promovida pela Câmara Municipal da Lousã, relacionada com o Metro Mondego, referindo que teve conhecimento da mesma apenas através das redes sociais. Acrescentou que, na mesma semana, havia sido também proposta

pele Grupo Municipal do PSD a realização de uma sessão sobre o mesmo tema, pelo que questionou se a iniciativa já estaria previamente agendada e solicitou esclarecimentos sobre a sua natureza e enquadramento. De seguida, questionou o Senhor Presidente relativamente à substituição da administração do Metro Mondego, designadamente se já se encontra marcada a assembleia geral para o efeito, e quando prevê o Município pronunciar-se sobre a composição da nova estrutura diretiva. Abordou também a questão dos apoios e subsídios decorrentes das recentes intempéries, referindo a dificuldade de compreensão dos mecanismos de atribuição, tanto para os munícipes como para as empresas. Questionou se já foram efetuados pagamentos, se existem processos em curso e se há conhecimento de avanços por parte da CCDRC relativamente aos pedidos submetidos. No que respeita às infraestruturas públicas afetadas, questionou se já foi realizado o levantamento integral dos danos e se se encontra apurado o valor global necessário para as respetivas intervenções de recuperação. Relativamente ao PTRR, solicitou esclarecimentos sobre a existência de aprovação dos apoios, eventual atribuição de verbas e conhecimento das respetivas formas de financiamento. De seguida, questionou o ponto de situação da criação do gabinete de apoio às freguesias, nomeadamente ao nível da sua composição e dos recursos técnicos a afetar. Por fim, questionou se já se encontram em preparação os contratos interadministrativos com as freguesias, atendendo à necessidade da sua aprovação em Assembleia Municipal. -----

**A Sr.ª Vereadora Helena Correia** questionou a opção de realização conjunta da Gala de Leitura com o Prémio Literário Carlos Carranca, atendendo ao facto de a Gala se destinar maioritariamente ao público escolar, enquanto o referido prémio se dirige a um público geral distinto. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos sobre a forma como o executivo pretende assegurar a adequada integração de iniciativas com públicos-alvo diferenciados numa mesma atividade. -----

**A Sr.ª Vice-Presidente** salientou as comemorações do Dia Internacional da Mulher, realizadas no dia 7 de março, destacando tratar-se de um momento de partilha relevante, que contou com a participação de mulheres artistas ligadas ao concelho, incluindo as autoras/pintoras da exposição patente no Museu Álvaro Viana de Lemos. Relativamente à questão colocada pela Senhora Vereadora Helena,

esclareceu a integração do Prémio Literário Carlos Carranca na Gala de Leitura da Lousã. Referiu que, embora a Gala tenha como público principal a comunidade escolar, envolve também as famílias, permitindo uma maior abrangência. Explicou que a inclusão do referido prémio nesta iniciativa se prende com a proximidade ao Dia Mundial da Poesia, celebrado a 21 de março, data em que tradicionalmente ocorre a entrega do prémio. Assim, considerou que esta articulação permitirá diversificar e alargar o público, bem como valorizar e divulgar a obra de Carlos Carranca junto da comunidade escolar. Informou ainda que, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Poesia e do Dia Mundial da Árvore, decorrerá também no dia 21 de março, no Teatro Municipal, a inauguração de uma exposição de fotografia da autoria de Fátima Carvalho, patente na sala atelier. -----

**A Sr.ª Vereadora Cristina Silva** iniciou a sua intervenção dando nota das reuniões de avaliação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), com a participação de representantes da direção do agrupamento de escolas, coordenadores de departamento, docentes, técnicos e demais intervenientes. Referiu que, nessas reuniões, foram identificadas e reiteradas algumas questões já anteriormente sinalizadas, nomeadamente dificuldades ao nível da formação dos técnicos no terreno, situações de ausência e limitações decorrentes do atual caderno de encargos, o qual se encontra presentemente em fase de revisão. Informou ainda que foi analisada a eventual reformulação do modelo das AEC, tendo em conta as circunstâncias verificadas ao longo do presente ano letivo. Ainda assim, salientou que, de um modo geral, o balanço é positivo, estando a ser assegurada resposta adequada pelos técnicos no terreno aos planos de atividades inicialmente definidos. No que respeita ao próximo ano letivo, referiu que já existe uma proposta em preparação, que contempla o reforço e ajustamento de algumas valências, designadamente nas áreas das expressões artísticas e da atividade física — articulada com a educação física no 1.º ciclo — e ainda a introdução do ensino de inglês no 1.º e 2.º anos. Está igualmente previsto o reforço da componente de educação musical. Esclareceu que esta proposta já foi aprovada em Conselho Pedagógico, encontrando-se agora para apreciação pelo Conselho Geral, cuja reunião ocorrerá na próxima semana. Deu ainda conhecimento de que decorrerá, no Teatro Municipal, um concurso inserido nos projetos desenvolvidos no âmbito

educativo, com a apresentação de projetos do agrupamento de escolas local, bem como de outras entidades, integrados numa iniciativa intermunicipal. Referiu também que a Universidade Sénior se encontra atualmente a desenvolver o planeamento das suas atividades, bem como o processo de receção de inscrições. Por fim, informou que o Município esteve representado, no dia 13 de março, no Encontro Nacional das Cidades Educadoras, no âmbito do qual, foi aprovado um grupo de trabalho dedicado à área da educação, que tem como objetivo a partilha de boas práticas e a promoção da articulação entre o planeamento urbanístico e a educação, procurando fomentar modelos educativos mais inclusivos, sustentáveis e integrados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção procurando esclarecer as questões colocadas pelos Senhores Vereadores, referindo que o executivo acompanhará com atenção as matérias em curso, garantindo que o previsto seja efetivamente concretizado. Relativamente à sessão promovida no âmbito do Metro Mondego, realizada no dia 9 de março, esclareceu que a mesma surgiu de forma pontual e em articulação com a administração da entidade, tendo sido agendada com pouca antecedência. Explicou que a iniciativa teve como objetivo assinalar o arranque da obra e prestar esclarecimentos à população, sobretudo face a dúvidas existentes quanto à sua duração e aos constrangimentos associados. Acrescentou que a sessão não teve carácter político nem institucional formal, não tendo sido emitidos convites formais, sendo dirigida essencialmente à população em geral. Referiu ainda que poderá vir a ser mais pertinente realizar uma sessão futura, em momento mais avançado da obra, permitindo avaliar constrangimentos e eventuais ajustamentos. No que respeita à administração do Metro Mondego, informou que a assembleia geral se encontra agendada para o dia 31 de março, referindo, contudo, que ainda não foi formalmente informado sobre a composição dos novos órgãos sociais, prevendo que tal venha a ocorrer nos próximos dias. Relativamente aos apoios decorrentes das intempéries, reconheceu a existência de constrangimentos no processo, nomeadamente alguma discrepância entre as orientações iniciais e os procedimentos efetivos no terreno, o que tem gerado atrasos. Referiu que os serviços municipais têm procurado acompanhar os processos, apesar das dificuldades, e manifestou expectativa de que possam surgir desenvolvimentos positivos a curto prazo, designadamente no que se refere a adiantamentos. Informou

ainda que o levantamento global dos prejuízos, incluindo infraestruturas municipais, equipamentos e outros danos, aponta para um valor na ordem dos três milhões de euros. No âmbito do PTRR – Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência, referiu que está em preparação um plano de intervenção estruturado, organizado em diferentes fases — preparação, resiliência e estabilização — aguardando-se a sua concretização e financiamento, sendo expectável que surjam novidades a curto prazo. Quanto ao gabinete de apoio às freguesias, informou que o mesmo se encontra em fase de estruturação, com recursos humanos limitados, estando igualmente em curso procedimentos para reforço de equipas e aquisição de equipamentos, com vista a melhorar a capacidade de resposta, quer da autarquia quer no apoio às juntas de freguesia. Relativamente aos contratos interadministrativos com as freguesias, esclareceu que os valores já foram comunicados, encontrando-se o processo dependente do envio, por parte das juntas de freguesia, dos respetivos orçamentos detalhados das intervenções a realizar. Reconheceu algum atraso neste processo, em parte devido às dificuldades na obtenção de orçamentos, mas manifestou expectativa de que os contratos possam ser submetidos à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal durante o mês de abril. Por fim, no que concerne à articulação entre a Gala de Leitura e o Prémio Literário Carlos Carranca, considerou que esta opção permitirá reforçar a valorização do prémio, alargando o seu público e promovendo o conhecimento da obra do autor junto da comunidade escolar, contribuindo simultaneamente para uma maior dimensão pedagógica da iniciativa. –

## **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

### **2.1. Aprovação da ata da reunião da câmara municipal de 18/02/2026 -----**

Adiada a votação da ata para a próxima reunião de câmara -----

### **2.2. Administração e Finanças -----**

#### **2.2.1. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.03.2026, relativo à autorização de abertura de procedimento para recrutamento de assistentes operacionais – área da educação-----**

O Sr. Vereador António Marçal destacou a importância da contratação de recursos humanos qualificados, tendo referido que o desempenho das funções públicas exige competência técnica e responsabilidade, não devendo tais funções ser atribuídas sem os devidos critérios de seleção. Sublinhou a necessidade de uma gestão

rigorosa dos recursos, e neste contexto, mencionou a relevância dos procedimentos concursais, atendendo aos custos associados e à necessidade de transparência. Foram igualmente referidos serviços essenciais, cuja gestão compete ao município e às freguesias, exigindo meios humanos e financeiros adequados. Relativamente à educação, reconheceu a sua importância estratégica, mencionando a possibilidade de reforço de apoios financeiros, bem como a continuidade da análise destas matérias em futuras reuniões. -----

**A Sr.ª Vereadora Cristina Silva** referiu que, apesar do Município da Lousã cumprir o rácio nacional, tem-se verificado uma crescente presença de famílias com crianças com capacidades e necessidades específicas, destacando que, até ao final do ano civil, estarão concluídos alguns contratos de integração de assistentes operacionais de apoio direto a este público. Explicou que, para colmatar lacunas de pessoal e assegurar a continuidade do apoio, foi analisada a possibilidade de recorrer a medidas do IEFP, permitindo reforçar o acompanhamento especializado quando não seja possível efetuar substituições imediatas. Destacou que, apesar destas medidas, persiste um problema efetivo relacionado com baixas e ausências de curta duração, que dificultam a substituição e a continuidade do serviço. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que o pacote de transferências do Estado para a educação, embora essencial, não cobre totalmente os encargos da Câmara, que assume anualmente cerca de 700 mil euros adicionais. Destacou a importância de rever este enquadramento, sob pena de colocar os municípios em dificuldade na execução dos planos de resposta às necessidades da população escolar. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à apreciação a proposta ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.03.2026, relativo à autorização de abertura de procedimento para recrutamento de assistentes operacionais – área da educação -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.03.2026, relativo à autorização de abertura de procedimento para recrutamento de assistentes operacionais – área da educação (Doc. 1 (um)) -----

**2.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**

**2.3.1. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 180878689 -----**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 180878689 - A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 180878689 (Doc. 2 (dois)) -----

**2.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 187556857 -----**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 187556857 - A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 187556857 (Doc. 3 (três)) -----

**2.3.3. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 252162331 -----**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 252162331 - A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 252162331 (Doc. 4 (quatro)) -----

**2.3.4. Voto de Reconhecimento a Guilherme Costa e Francisco Caetano -----**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de Reconhecimento aos atletas Guilherme Costa e Francisco Caetano do Rugby Clube da Lousã, pelos resultados alcançados ao serviço da equipa AAC/UC, a qual se consagrou Campeã Nacional Universitária de Sevens Masculinos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento Guilherme Costa e Francisco Caetano do Rugby Clube da Lousã, pelos resultados alcançados ao serviço da equipa AAC/UC, a qual se consagrou Campeã Nacional Universitária de Sevens Masculinos (Doc. 5 (cinco)) -----

### **2.3.5. Voto de Reconhecimento à equipa mista do Montanha Clube - Secção de Judo/ARCIL** -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de Reconhecimento aos atletas da equipa mista do Montanha Clube - Secção de Judo/ ARCIL pelos resultados alcançados no campeonato Nacional ANDDI. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento aos atletas da equipa mista do Montanha Clube - Secção de Judo/ ARCIL pelos resultados alcançados no campeonato Nacional ANDDI. (Doc. 6 (seis)) -----

### **2.3.6. Bihética do Teatro Municipal da Lousã - Período de abril a junho de 2026 -**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a bilhética do Teatro Municipal da Lousã para o período de abril a junho de 2026 -----

**A Sr.ª Vereador Helena Correia** referiu que a falta de informação detalhada sobre as propostas para o período em análise, dificultaram a avaliação da sua relevância e dos critérios de programação. Questionou relativamente à aplicação do critério de sustentabilidade financeira, aparentemente apenas evidente na comédia musical “Mães”, bem como diferenças nas condições do espetáculo de António Zambujo sem justificação clara. Assinalou ainda a ausência de artistas, coletividades ou associações locais na programação, incluindo nas celebrações do 25 de Abril. Relativamente à oferta de teatro para escolas, que considerou positiva, solicitou esclarecimentos quanto aos critérios de acesso das turmas e à inclusão da comunidade educativa da STATUS. Terminou a intervenção sugerindo a possibilidade de abertura destas sessões ao público em geral. -----

O Sr. Presidente da Câmara abordou a gestão e programação do Teatro Municipal, referindo que, atendendo às suas características e capacidade, dificilmente os espetáculos realizados conseguem ser integralmente suportados pela receita de bilheteira, constituindo essa uma realidade estrutural com a qual o Município terá de conviver. Nesse sentido, destacou que o objetivo do executivo passa por continuar a investir na promoção cultural, proporcionando à população acesso a iniciativas diversificadas. Informou que, no presente ano, foi efetuada uma redução de cerca de 10% no orçamento destinado a espetáculos, tendo em vista a valorização e inclusão de artistas locais na programação. Esclareceu que não foi possível proceder a uma redução mais significativa, uma vez que o Município se encontra a preparar uma candidatura à Rede Nacional de Teatros, cujo processo de seleção valoriza a consistência e qualidade da programação cultural apresentada. Referiu ainda que, em caso de aprovação, será possível obter um financiamento na ordem dos 50% sobre a atividade desenvolvida. Salientou que nem todos os espetáculos são autofinanciáveis, sendo expectável que a integração na referida rede permita reduzir o esforço financeiro do Município nesta área. Relativamente à presença de artistas locais, esclareceu que o documento em análise contempla apenas a programação associada a espetáculos com bilheteira e contratação direta por parte da Câmara, existindo, contudo, outros momentos na agenda do Teatro Municipal destinados à participação de agentes culturais locais. Indicou que, à semelhança do ocorrido no último trimestre, têm sido disponibilizados espaços na programação para acolher propostas de artistas do concelho. Acrescentou que a valorização dos agentes culturais locais constitui um dos desígnios do executivo, procurando garantir a sua presença regular na programação do equipamento. Por fim, referiu que a eventual atualização do preço dos bilhetes poderá ser equacionada, embora com a devida cautela, de modo a não comprometer o acesso do público. Indicou que será realizada uma avaliação detalhada ao longo do ano, com vista à definição da estratégia para 2027, sublinhando que o Teatro Municipal representa atualmente um encargo anual para o Município na ordem dos 500mil euros. -----

A Sr. Vereadora Cristina Silva abordou a questão do financiamento e da programação de espetáculos dirigidos ao público escolar, salientando a importância de proporcionar iniciativas culturais adequadas às diferentes faixas etárias, garantindo

simultaneamente a sua sustentabilidade. Referiu que a programação dirigida às escolas é articulada através de mediação escolar, em colaboração com os estabelecimentos de ensino, sendo as atividades enquadradas nos conteúdos curriculares e ajustadas às respetivas faixas etárias. Indicou que a participação ocorre mediante inscrição dos docentes junto da mediadora do Teatro, permitindo uma melhor gestão e organização das sessões. Destacou ainda que o Município promove outras iniciativas culturais dirigidas às escolas, dando como exemplo o projeto “Ecos de Emoções Positivas”, no âmbito do qual foi realizada uma sessão com turmas do ensino básico e secundário, incluindo a visualização de um filme seguida de debate. Sugeriu que, no início de cada trimestre, possa ser apresentada de forma estruturada a programação cultural às escolas, facilitando o planeamento por parte dos docentes e incentivando a participação. Considerou ainda que a mediadora escolar poderá desempenhar um papel relevante na divulgação e articulação destas iniciativas junto da comunidade educativa. -----

**O Sr. Vereador António Marçal** chamou a atenção para a necessidade de revisão do regulamento em vigor no âmbito da programação cultural, considerando que o mesmo se encontra desatualizado face ao enquadramento legal atual. Referiu, em particular, a legislação recentemente aplicável, que consagra o direito de acompanhantes de pessoas com deficiência a acesso gratuito a espetáculos, salientando a importância de garantir que o regulamento municipal reflète devidamente estes direitos. Acrescentou que existem outras matérias que carecem igualmente de atualização, defendendo que o regulamento deve ser revisto de forma a assegurar maior adequação às necessidades atuais, promovendo uma oferta cultural mais inclusiva, acessível e alinhada com o interesse público. Salientou ainda que a verificação da conformidade legal e do interesse público deve ser assegurada no momento da contratação dos espetáculos, no âmbito da programação cultural municipal. Por fim, questionou o executivo sobre a programação prevista para o dia 25 de abril, para além das celebrações institucionais habituais, manifestando interesse em conhecer eventuais iniciativas culturais adicionais associadas à data.

**A Sr.ª Vice-Presidente** esclareceu que a diretiva em causa se aplica exclusivamente a espetáculos com bilheteira, sendo que os valores em apreciação dizem respeito à definição de preços praticados nesse tipo de eventos. Nesse sentido, referiu que as

comemorações do dia 25 de abril não se enquadram diretamente neste regime, por terem carácter público e não oneroso para os participantes. Relativamente à programação prevista para o dia 25 de abril, informou que se encontra a ser preparada a habitual sessão solene comemorativa, a realizar no Teatro Municipal. Indicou ainda que está previsto um espetáculo musical, bem como a inauguração de uma exposição alusiva à data, com conteúdos provenientes da Assembleia da República. Acrescentou que o programa comemorativo incluirá ainda um conjunto mais alargado de iniciativas, nomeadamente exposições nos espaços museológicos do concelho, estando o mesmo em fase final de preparação. Por fim, referiu que o programa completo será divulgado brevemente, ainda durante o mês de março, sublinhando a importância de dar conhecimento prévio aos membros da Assembleia Municipal, atendendo ao envolvimento institucional nas comemorações. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer a questão anteriormente colocada, reiterando que o enquadramento apresentado se aplica aos espetáculos com bilheteira, não estando diretamente relacionado com eventos de carácter gratuito. Relativamente à programação cultural, manifestou concordância com a importância de diversificar a oferta, incluindo iniciativas em diferentes momentos, designadamente em datas próximas de eventos comemorativos. No que respeita à contratação de espetáculos, esclareceu que existem diferentes modelos, optando o Município por aquele que se revela financeiramente menos arriscado. Nesse sentido, considerou importante promover um equilíbrio entre a oferta cultural gratuita e a valorização do pagamento de bilhete, de forma a garantir a sustentabilidade do equipamento e a responsabilização do público. Referiu ainda que o Município já assegura, ao longo do ano, diversas iniciativas culturais de acesso gratuito, dirigidas a diferentes públicos e causas, não sendo possível alargar indiscriminadamente essa gratuitidade. Relativamente à revisão do regulamento, manifestou abertura para acolher contributos, solicitando aos membros que façam chegar as suas propostas de alteração, as quais serão posteriormente analisadas com vista à sua eventual integração. Por fim, indicou que, no âmbito das próximas iniciativas culturais, nomeadamente em datas comemorativas, está prevista uma programação diversificada, incluindo espetáculos e exposições, reafirmando, contudo, a necessidade de contenção no aumento de encargos com eventos gratuitos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PS, deliberou aprovar a bilhética do Teatro Municipal da Lousã para o período de abril a junho de 2026 (Doc. 7 (sete)) -----

**2.3.7. Proposta de atribuição de apoio financeiro ao Centro de Convívio de São Sebastião da Papanata, no montante de 1.500,00 €, para construção do Centro de Convívio.** -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro ao Centro de Convívio de São Sebastião da Papanata, no montante de 1.500,00 €, para construção do Centro de Convívio. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro ao Centro de Convívio de São Sebastião da Papanata, no montante de 1.500,00 €, para construção do Centro de Convívio (Doc. 8 (oito)) -----

**2.3.8. Retificação do Protocolo da Universidade Sénior- “Entre Serras e Rios”**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a retificação do Protocolo da Universidade Sénior- “Entre Serras e Rios” -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a do Protocolo da Universidade Sénior- “Entre Serras e Rios” (Doc. 9 (nove)) -----

**2.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO** -----

**2.4.1. Proposta de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Gestão de Combustíveis no Interior das Áreas Edificadas no Concelho da Lousã;**

O Sr. Vereador António Marçal salientou a importância do regulamento em apreciação, destacando a necessidade de o mesmo ser exequível, garantindo não só a sua aplicação prática, mas também a existência de mecanismos adequados de fiscalização e eventual penalização. Referiu ainda que, embora nem sempre seja fácil assegurar a eficácia dos instrumentos normativos, importa que este regulamento não se limite a uma dimensão formal, devendo constituir um instrumento efetivo de atuação no território. -----

A Sr.ª Vice-Presidente destacou o papel estratégico deste documento não apenas no cumprimento da legislação em vigor, mas também como instrumento essencial de prevenção e proteção das populações, nomeadamente no que respeita à gestão de combustíveis em áreas edificadas. Sublinhou a sua relevância enquanto ferramenta

pedagógica, contribuindo para a sensibilização da população e para a promoção de boas práticas. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Gestão de Combustíveis no Interior das Áreas Edificadas no Concelho da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Gestão de Combustíveis no Interior das Áreas Edificadas no Concelho da Lousã (Doc. 10 (dez))

#### 4. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas onze horas e vinte cinco minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



